



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIA DO SOCORRO PAULINO COELHO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
PERMANÊNCIA E DESISTÊNCIA

CAMPINA GRANDE – PB

2014

MARIA DO SOCORRO PAULINO COELHO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

PERMANÊNCIA E DESISTÊNCIA?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação **Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Ms. Kátia Cristina de Castro Passos

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C672e Coêlho, Maria do Socorro Paulino
Educação de jovens e adultos [manuscrito] : permanência e
desistência / Maria do Socorro Paulino Coêlho. - 2014.
25 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Kátia Cristina de Castro Passos,
Departamento de Pedagogia".

1. Educação de Jovens e Adultos - EJA 2. Historiografia 3.
Professor 4. Escolarização Tardia I. Título.

21. ed. CDD 374

MARIA DO SOCORRO PAULINO COELHO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

A PERMANÊNCIA E DESISTÊNCIA

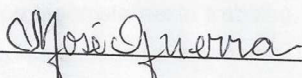
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação **Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia

Aprovada em 01/08/2014



Prof. Kátia Cristina de Castro Passos / UEPB

Orientadora



Prof.ª. Dr.ª. Maria José Guerra

Examinadora



Prof.ª. Dr.ª. Valdecy Margarida da Silva

Examinadora

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERMANÊNCIA E DESISTÊNCIA

COÊLHO, Maria do Socorro Paulino¹

RESUMO

Este artigo tem o intuito de analisar aspectos da educação, educação de jovens e adultos e sua historicidade, práticas pedagógicas do professor da Educação de Jovens e Adultos para com os alunos deste ensino e a evolução do mesmo. Será verificado se a Educação de Jovens e Adultos é viável e quais são as características do educando/educador. O educador que alfabetiza jovens e adultos trata-os de maneira que façam interagir dentro da sala de aula como se estivessem fora dela. Eles procuram fazer encaixar o educando em um mundo novo no qual tenha conhecimento e não fique sujeito ao medo e humilhações. Com isso, os alunos vêem o professor como exemplo. O ensino EJA é possível, imprescindível e traz grandes vantagens. Também traz desvantagens por ser um processo de aprendizagem rápido. Mas seu desenvolvimento vem crescendo bastante ao ponto de todos poderem e deverem contribuir. A qualidade desse ensino desenvolveu-se demais e hoje já produz grandes resultados. A qualificação profissional do professor está de maneira mais propícia ao aprendizado. Não é só dever das escolas e governos elaborarem ações e medidas funcionais. O aluno do ensino de Educação de Jovens e Adultos é o protagonista neste trabalho, valorizando as oportunidades que alcançam e importando-se com seu crescimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Professor. Aluno. EJA.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, veremos que de início os colonizadores queriam a educação de adultos com o objetivo de instruir os habitantes. Essa idéia foi aceita

¹Graduanda no curso de Pedagogia. Universidade Estadual de Paraíba. Turma 2009.2.

pois os colonos precisavam ler o catecismo tendo que seguir as instruções e ordens de sua corte. A alfabetização serviria para que o índios pudessem ser empregados e conseguissem cumprir as tarefas que o Estado exigia.

Voltada a jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos na idade própria, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) proporciona ao aluno a oportunidade de elevar sua escolaridade por meio de novos conhecimentos que podem ser utilizados nas diferentes relações cotidianas.

Educar é muito mais que reunir em uma sala de aula várias pessoas e dar-lhes um conteúdo pronto. O professor tem como papel, principalmente o professor EJA, entender o aluno e sua realidade diária de melhor maneira. É acreditar nos avanços do humano, buscando o crescimento pessoal e profissional deste.

Comprovaremos que os alunos somente empenharão nos processos de aprendizagem que tragam seu universo e vivências para a sala de aula. Identificando-se nessa concepção, assim formarão suas conclusões e construirão as sínteses necessárias para o seu aprendizado. Isto é, o aluno jovem e adulto anseia aprender sobre aquilo que já sabe de melhor maneira para depois elaborar o processo de aprendizagem sobre tudo que é desconhecido, ampliando os próprios horizontes e condições.

Portanto, o ensino vem assumindo novos contornos em face das mudanças ocorridas na sociedade, porque, a responsável pelo crescimento social é a educação, pois a medida que as pessoas vão ficando mais críticas e exigentes, as pessoas ficam mais conscientes.

A Educação de Jovens e Adultos está sempre sendo buscada mesmo não havendo continuidade dos programas ao longo dos tempos. Pois, o objetivo é de permitir o acesso de todos à educação, independentemente da idade. Sendo assim, muito já foi feito e ainda há o que se fazer. A EJA não deve vislumbrar novos horizontes na busca da total erradicação do analfabetismo em nosso país, não se acomodando com os avanços conseguidos.

2 Um breve comentário sobre a educação

Educação engloba os processos de *ensinar* e *aprender*. É um fenômeno notável em qualquer ambiente que a educação faça-se presente. Gerações que seguem com modos culturais de ser, estar e agir importantes à convivência de um membro no seu grupo ou sociedade e ao ajustamento.

De acordo com o filósofo teórico da área da pedagogia René Hubert, a educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem. Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade.

A educação coincide com os conceitos de socialização e endoculturação, pois é exercida em diferentes espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade. Porém, não se resume àqueles.

A teoria crítica da educação, quer dizer, da ação do homem que transforma o cultural é a pedagogia. A educação sofre os efeitos da ideologia, é um fenômeno neutro mas envolvida na política.

A prática educativa formal — que ocorre nos espaços escolarizados, que sejam da Educação Infantil à Pós Graduação — dá-se de forma intencional e com objetivos determinados, como no caso das escolas. No caso específico da educação formal exercida na escola, pode ser definida como Educação Escolar.

Especificando a educação, temos a Educação Tecnológica que é exercida para a utilização dos recursos técnicos e tecnológicos e dos instrumentos e ferramentas de uma determinada comunidade. Outra prática seria a da Educação Científica, que dedica-se ao compartilhamento de informação relacionada à Ciência (no que tange a seus conteúdos e processos) com indivíduos que não são tradicionalmente considerados como parte da comunidade científica.

A educação é informal, sofre mudanças, das mais simples às mais radicais, de acordo com o grupo ao qual ela se aplica, e se ajusta a forma

considerada padrão na sociedade. Acontece no dia a dia, na informalidade, no cotidiano do cidadão.

3 Ensino no Brasil

3.1 Evolução

Retratando um pouco a historicidade da educação no Brasil, vemos que no Império ainda não havia propriamente o que poderia ser chamada de uma pedagogia brasileira. Era uma atuação irregular, fragmentária e quase nunca com resultados satisfatórios. O golpe de misericórdia que prejudicou de uma vez a educação brasileira veio de uma emenda à Constituição, o Ato adicional de 1834. Essa reforma descentralizou o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto que as províncias eram destinadas a escola elementar e a secundária. A educação da elite ficava a cargo do poder central e a do povo confinada às províncias.

A educação brasileira passou a ser alvo de uma organização mais sistemática a partir da década de 1930, pós-revolução que levou Getúlio Vargas ao cargo de presidente da república. O Brasil estava no início do processo de industrialização, a migração do campo para a cidade já era intenso desde a década anterior. Até então a educação não era considerada um problema, pois estava reservada as elites enquanto que a maioria da população, vivendo no campo, não via significado em frequentar a escola. Contudo, as mudanças econômicas e políticas inevitavelmente trouxeram mudanças sociais e a educação foi elevada a condição de necessária. Indispensável tanto para a geração de mão-de-obra que atendesse as demandas do novo modelo econômico como para prevenir os graves problemas que advém do êxodo rural desenfreado.

Em torno de meados do século XX a expansão da escolarização básica no país começou, e o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, deu-se no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. Sendo assim, professores da escola neoliberal defendem o ensino gratuito para todos. Sabendo-se que um dos grandes pedagogos da atualidade é Paulo Freire, ele tem como base a teologia libertadora que se preocupa com a desigualdade e procura combatê-la. Ele analisa o processo

do ser humano com suas vivências. Afirma que o professor é o espelho do aluno e deve haver uma autogestão. Destacamos também que nos anos 70 diversos autores questionaram o declínio escolar. O Governo busca mudar até hoje essa situação e procura ajuda de todos para isso.

De acordo com o artigo 208 da Constituição Federal de 1988:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;”

Só a partir da abertura política e da redemocratização do país, que levou à Constituição Federal de 1988, ficou determinado que os planos de educação se tornassem leis e, portanto, com caráter autônomo em relação ao estabelecido na LDB. A educação passou a ser pauta de debates internacionais com especial atenção aos países latino-americanos, onde os índices de analfabetismo são alarmantes.

A educação brasileira é regida pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC), no qual os princípios orientadores da organização de programas educacionais são definidos. Os responsáveis por estabelecer programas educacionais estaduais e seguir as orientações são os Governos locais utilizando os financiamentos oferecidos pelo Governo Federal. As crianças brasileiras têm que freqüentar a escola no mínimo por nove anos, mas a escolaridade é normalmente insuficiente.

Conforme está previsto na Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação no Brasil deve ser gerida e organizada separadamente por cada nível de governo. As administrações diretas devem gerir e organizar seus respectivos sistemas de ensino. Os responsáveis por sua própria manutenção bem como as fontes de recursos financeiros e mecanismos são cada um desses sistemas educacionais.

A educação brasileira é dividida em três níveis, com diversos graus em cada divisão. O primeiro nível educacional (Ensino Fundamental) é gratuito para todos, e obrigatório para crianças entre as idades de seis e quatorze anos. O ensino médio é gratuito, mas não é obrigatório. O Ensino superior (incluindo graduação) é

gratuito apenas em universidades públicas. Apesar de ser oferecido gratuitamente pelo Estado, existem escolas privadas que tentam oferecer um nível maior de qualidade de ensino.

Chegando mais perto, por volta da década de 1980, os períodos de super e hiperinflação, somados às crises de empregabilidade, prejudicaram e sobretaxaram os mais pobres, intensificando ainda mais as gritantes desigualdades socioeconômicas e civis brasileiras. Diante do passado próximo, não há dúvida de que o Brasil mudou e mudou para melhor.

3.2 Índice de Alfabetização

Nos últimos anos, o debate público brasileiro está submetido à comparação do "Brasil do passado" *versus* o "Brasil do presente". Olhando pelo retrovisor, o país de fato caminhou a passos largos. Há 60 anos, o que é muito pouco em termos históricos, o Brasil era um país eminentemente agrícola, com baixíssimos índices de acesso à educação e à cultura.

Chegamos ao terceiro milênio vivenciando inúmeras transformações, impulsionadas pelos avanços tecnológicos, em todos os setores da vida moderna, provocando, com muita frequência, mudanças no nosso cotidiano. Entretanto, persiste, em nosso País, um índice que há muito desafia os brasileiros, arrastando-se desde o período colonial: o alto índice de analfabetismo. Os avanços tecnológicos, as mudanças pelas quais passaram o mundo e o Brasil em particular amenizaram esse problema, mas não conseguiram extirpá-lo de uma vez por todas em nosso País. Em 1889, na obra *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*, José Ricardo Pires de Almeida já comentava o fato de que, no Brasil Colônia, "*havia um grande número de negociantes ricos que não sabiam ler*" (ALMEIDA, 2000 apud INEP, 2003, p. 6).

Apesar de ter conseguido uma evolução significativa nos itens avaliados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), o Brasil ainda está nas posições mais baixas do *ranking*. Entre os 65 países comparados, o Brasil ficou em 58º lugar.

De acordo com a mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012 e

divulgada em setembro de 2013, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 8,7%, o que corresponde a 13,2 milhões de analfabetos no país.

No nosso país, o índice de analfabetismo é medido entre as pessoas com mais de 20 anos que não possuem quatro anos de estudo formal. No Canadá e na Polônia, por exemplo, é considerado analfabeto funcional a pessoa que possui menos de 8 anos de escolaridade. O conceito varia de acordo com o país.

A UNESCO (2001) relata o analfabeto funcional como “toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional”. Isto é, quem não consegue extrair o sentido das palavras, por idéias no papel por meio da escrita e nem fazer operações matemáticas elaboradas.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos define que o analfabetismo funcional não é um problema significativo somente no Brasil mas em todos os países industrializados e em desenvolvimento:

No Brasil, 75% das pessoas entre 15 e 64 anos não conseguem ler, escrever e calcular plenamente. Esse número inclui os 68% considerados analfabetos funcionais e os 7% considerados analfabetos absolutos, sem qualquer habilidade de leitura ou escrita. Apenas 1 entre 4 brasileiros consegue ler, escrever e utilizar essas habilidades para continuar aprendendo.

Instigados que continuar na escola não adianta, vários estudantes se afastam da mesma por pura falta de motivação, por não acreditarem que são capazes de vencer. Pois, exposições diante dos colegas, repetências coíbem o sujeito, demonstrando que ele não tem capacidade.

Infelizmente, vemos que o Brasil optou pela quantidade a qualquer custo. E o resultado disso é a enorme quantidade de analfabetos funcionais com diploma. O Governo deveria se esforçar em alfabetizar com qualidade. Aumentando para 9 anos o Ensino Fundamental não significa que irá melhorar a qualidade do ensino.

Contudo, houve uma queda no índice de analfabetismo, no qual, deve-se, principalmente, aos maiores investimentos feitos em educação no Brasil nos últimos anos. Os Governos tem dedicado uma atenção especial a esta área. Programas

como bolsa educação tem tirado milhares de crianças do trabalho infantil para ingressarem nos bancos escolares. Programas de Educação de Jovens e Adultos (EJAs) também tem favorecido este avanço educacional. Isto tem resultado nos dados positivos aliado a políticas de valorização dos professores, principalmente em regiões carentes. A ampliação de horário escolar não é a solução para a melhoria do ensino. O aluno deve buscar em si mesmo sua capacidade para leitura e atividades fazendo com que sua inteligência seja trabalhada. Os professores precisam de auxílio quanto a sua formação, remuneração, etc.

3.3 Metas e Objetivos do Ensino Brasileiro

Várias entidades (UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial), em 1990, deliberaram sobre a necessidade de organizar objetivos e metas de educação para os nove países mais populosos do mundo. Um plano que foi formulado em 1993 nunca foi colocado em prática. Em 1996, no Brasil, uma nova lei de diretrizes e bases da educação entra em vigor - LDBEN 9394/1996 - e nela fica estabelecido que a União deve incumbir-se de elaborar um novo plano de educação, tarefa que ficou ao encargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e acabou sendo amplamente discutida por diversos setores da sociedade. O novo plano só foi aprovado em janeiro de 2001 tornando-se o primeiro PNE do país com força de lei (Lei nº 10.172/2001).

No Fórum Mundial de Educação realizado em 2000, 164 países (entre eles, o Brasil), 35 instituições internacionais e 127 organizações não governamentais (ONG) adotaram o Marco de Ação de Dacar, em que se comprometem a dedicar os recursos e esforços necessários para melhorar a educação até 2015.

Na ocasião, foram traçados seis objetivos: os países devem expandir os cuidados na primeira infância e na educação; universalizar o ensino primário; promover as competências de aprendizagem e de vida para jovens e adultos; reduzir o analfabetismo em 50%; alcançar a paridade e igualdade de gênero; e melhorar a qualidade da educação.

O PNE 2011-2020, apresentado como projeto de lei nº 8.035 de 2010, esta estruturado em 12 artigos e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O Art. 2º do projeto de lei se refere especificamente as diretrizes para a educação brasileira no próximo decênio:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino; V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental; VII - promoção humanística, científica e tecnológica do país; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX - valorização dos profissionais da educação; X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. (BRASIL, 2010).

Podemos observar que são expressados anseios educacionais antigos em relação às diretrizes pode-se observar que expressam antigos anseios educacionais revelam dificuldades de superação por ainda se fazerem presentes. As vinte metas do PNE não representam uma novidade para a educação brasileira na medida em que elas correspondem às definições já previstas na CF/88, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96 e Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/90. Infelizmente, muitas das metas previstas no último Plano Decenal de Educação (PNE 2001-2010) sequer foram cumpridas parcial ou integralmente.

Cabe ao Estado o estabelecimento de políticas públicas para garantir que as metas do novo PNE sejam cumpridas no prazo estabelecido pela letra da lei. Porque sua materialização em projetos e ações é inserida na educação através de diferentes instrumentos de planejamento público nos espaços escolares que são vigoradas no Brasil.

4 EJA, renovação contemporânea

De início, a educação para adultos se torna uma realidade a partir do final do século XIX em alguns países considerados desenvolvidos do ponto de vista de sua industrialização e algumas conquistas sociais, como no caso da Inglaterra. O conceito para essa modalidade de ensino era de “*educação contínua*”, sugerindo que o processo de aprendizagem deveria se processar de forma constante, sem

limites estanques. Limites esses, instituídos atualmente, por exemplo, através de um diploma ou certificação.

O Ensino de Jovens e Adultos no Brasil (EJA) está inserido na meta do Estado brasileiro de erradicar o analfabetismo juntamente com a de proporcionar à população cuja faixa etária não se adéqua mais ao ensino regular, a complementação de sua formação escolar. Embora as cartilhas do governo enfatizem a necessidade de promover entre os sujeitos do EJA o aprendizado para a formação escolar, também está enfatizada a formação de sujeitos sociais críticos e aptos a lidar com as exigências de um mundo em transformação. Mas o que se observa, na prática, são pessoas voltando aos bancos das salas de aula em busca de uma certificação básica, a fim de, em sua maioria, estarem mais aptos ao mundo do trabalho.

4.1 Surgimento

Com a chegada dos jesuítas, no período colonial, ocorreram as primeiras iniciativas de educação de adultos no Brasil. Mas em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o sistema de ensino destinou-se cada vez mais às elites (PAIVA, 1973).

O surgimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem uma ligação forte com Paulo Freire. Foi em Rio Grande do Norte, na cidade de Angicos, que desenvolveu-se nos anos 60, a primeira aplicação. O sucesso da experiência foi extremo e passou a ser praticado por diversos grupos de cultura popular, em todo o País.

Destinada à inclusão do excluídos da escola durante sua infância ou adolescência, por motivos diversos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade exclusiva da educação gratuita. Ela se define pela sua visão de atender especificidades dos indivíduos que pretende abranger e não pelo turno que é ofertado.

Educar não é tarefa fácil desde o início e a construção da aprendizagem segue em passos lentos desde sua colonização. Trazendo a concepção de

Ghiraldelli Jr. (2008), vemos que a educação em nosso País tem como partida o fim dos das capitâneas:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de domínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (1808-1821) (2008, p. 24).

A partir de 1930, o sistema de ensino começava a se firmar e a educação básica de adultos começou a estabelecer seu lugar através da história da educação no Brasil. Neste período a sociedade passava pelo crescimento no processo de industrialização e reunião da população nos centros urbanos. O governo sempre esteve contribuindo para melhoria da educação, fazendo com que todos os cidadãos possam usufruir de uma educação de qualidade para todos, dando todo apoio e sua ação.

Iniciativas emergiram na década de 90 em contribuição a Educação de jovens e adultos. Foram incumbidos aos municípios a se engajarem nesta política, fazendo parcerias entre ONG's, municípios, universidade, grupos informais, populares, Fóruns estaduais, nacionais e através dos Fóruns. Em 1997 começa a ser registrada no intitulado "Boletim da Ação Educativa" a história da EJA. No início de 2003, foi anunciado pelo MEC que seria uma prioridade do Governo Federal a alfabetização de jovens e adultos. Tendo como meta a erradicação do analfabetismo durante o primeiro mandato de Luis Inácio (Lula). Este criou uma secretaria com essa finalidade.

Segundo a Lei 9.394/96 art. 37 "*a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento*", dessa forma, e se realmente acontecesse o que está previsto em lei, teríamos muito mais jovens dentro das escolas, pois, a defasagem é grande. O jovem quer trabalhar, mas falta qualificação e oportunidades, principalmente a de concluir a educação básica e ter parcial domínio das novas tecnologias. A busca pelo ensino qualificador é consequência do desemprego. Tal política vem sendo incentivada pelo poder público, que abrangeu, além do ensino fundamental, o ensino

médio, adequando esta modalidade de ensino às características dos jovens e adultos brasileiros.

A Educação de Jovens e Adultos é definida pelo artigo 37 da LDB (lei n. 9.394/96) como a modalidade de ensino que “*será destinada àqueles que não tiveram acesso ou à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.*” A tarefa principal da Educação de Jovens e Adultos é por em prática o que está inscrito no artigo 208 inciso I da Constituição Federal de 1988, que garante o acesso e a permanência ao ensino fundamental a todos.

Portanto, é apresentada uma diversidade muito grande pela identidade do aluno EJA porque são trabalhadores na sua grande maioria, sem tempo para estudar e com autoestima baixa. E ao entrar na escola, deparam-se com diferentes culturas, etnias, religiões e crenças, fazendo com que eles não consigam socializar-se e continuar os estudos. Ações pedagógicas são ideias para mediar esses conflitos existentes entre eles, instruindo-os sob o fato que o estudo vai proporcionar um leque de oportunidades para o crescimento intelectual e profissional de cada um deles.

4.2 A qualidade do Ensino EJA

O adulto para EJA, já traz a sua experiência de vida, não é aquele sujeito concursado, nem aquele com escolaridade regular. São homens e mulheres, geralmente desempregados, trabalhadores em busca de uma melhor condição de vida, uma boa moradia e que lutam para superar suas condições precárias, no qual estão nas raízes do analfabetismo. Dessa maneira, existe a mudança daquilo que será ensinado, para torná-lo significativo e atrativo para que o aluno continue em sala de aula e conclua seus estudos sem interrupções.

A busca de um novo paradigma que estabelecia o problema da qualidade sob forte viés economicista ganhou ênfase na década de 90, no qual o termo “qualidade” passou a ser vinculado aos mecanismos de responsabilização que pudessem ser aplicados à educação, cujo foco, norteava as reformas educativas,

adequando o projeto educativo às demandas do mercado. Gadotti (2010) descreve o cenário deste conceito na atualidade:

Qualidade é a categoria central deste novo paradigma de educação sustentável (...). Mas ela não está separada da quantidade (grifo do autor). Até agora, entre nós, só tivemos, de fato, uma educação de qualidade para poucos. Precisamos construir um “nova qualidade”, como dizia o educador Paulo Freire (1921-1997), que consiga acolher a todos e a todas. (...) Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação, a qualidade está ligada diretamente ao bem-viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela. Por isso, o tema qualidade é tão complexo. Não basta melhorar um aspecto para melhorar a educação como um todo. (...) Um conjunto de fatores contribui para a qualidade na educação (GADOTTI, 2009, p.07).

A qualidade para a educação brasileira trata-se de um conceito histórico e dinâmico. Podemos inferir a necessidade de investigar alguns pontos que permeiam as discussões na modalidade EJA: a participação da sociedade na escola, a democratização do ensino, a definição de padrão de qualidade, a qualidade social entre outros.

O importante é reavaliarmos nosso conceito de educação para jovens e adultos; eles têm fome de ler e vontade de aprender, só que de uma maneira mais ampla, característica de quem já tem experiência de vida, necessita bem mais que a própria escrita e leitura convencional, necessita acima de tudo, ler as entrelinhas impostas pela problemática de ser e estar plenamente exercendo a cidadania.

A busca permanente por qualificação cabe ao devedor que deve desenvolver ações pedagógicas que atentam às necessidades dos educandos jovens e adultos e suas experiências socioculturais. O educador tem de estabelecer o aprendizado com base na realidade do aluno, iniciando apropriação dos conteúdos a partir das histórias relatadas por seus alunos. Assim, saber quem são esses alunos, onde e como vivem e qual é o seu histórico de vida é o primeiro passo para uma experiência bem-sucedida. Nóvoa (2002, p.23) diz que: “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente.”

O Parecer CNE/CEB número 11/2000 que embasa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Resolução CNE/CEB número 1/ 2000, aponta a ideia de garantia do direito, em uma escola de qualidade, de padrões mínimos a serem estabelecidos para a qualidade de ensino, para a qualidade de aprendizagem, enfatizando as peculiaridades da EJA. Segundo o Parecer CNE/CEB n. 11/2000 o termo qualidade se apresenta como,

[...] a restauração do direito negado a jovens e adultos, a busca por uma escola de qualidade, a qualidade de vida de jovens e adultos como fator preponderante quando se trata das características do público desta modalidade. E acrescenta a necessidade de um planejamento específico para a modalidade que precisa contar com profissionais preparados para atuar na modalidade EJA, regimentos e projetos políticos pedagógicos que dêem conta das especificidades da modalidade (BRASIL, 2000).

De acordo com críticas apontadas por alunos EJA em relação à escola, algumas estão relacionadas com a indisponibilidade de recursos materiais. Também apontaram problemas de comunicação com a diretoria. Os alunos fazem uma estreita ligação com o trabalho da direção e os recursos disponibilizados pela escola, o que mostra que há falta de clareza para com o papel do Estado quanto à escola pública. Portanto, cabe à gestão da escola administrar os recursos, mas estes precisam ser ofertados pelo governo. Conforme Saviani (2003, p. 117), a questão material do sistema e das escolas é um desafio organizacional tanto para o Estado como para as escolas:

[...] é necessário um grau de mobilização e de organização que pressione o estado e o conjunto da sociedade, no intuito que a educação venha a assumir o caráter de prioridade efetiva e com isto os recursos necessários venham a ser destinados. De outro lado, essa situação precária coloca o desafio de mobilização e de organização do próprio trabalho docente, de modo que no interior da própria ação pedagógica se desenvolvam os mecanismos que se contraponham a esse estado de coisas.

Contudo, um dos elementos que instigam o processo de ensino e aprendizagem, na Educação de Jovens e Adultos, está nas relações afetivas do sujeito (professor) com os outros sujeitos (alunos). Falar da afetividade e da aprendizagem é falar da essência da vida humana, que por natureza social, se constrói na relação professor com seus aluno, num contexto de inter-relações.

No cotidiano escolar, essencialmente, heterogêneo é imprescindível que o conflito seja encarado como possibilidade favorável ao desenvolvimento emocional e intelectual dos alunos, jovens e adultos envolvidos no processo educação/aprendizado.

Em sua prática pedagógica, o educador, deve criar um clima de respeito e amizade entre ele e os alunos, tratando-os de forma educada e respeitosa, mesmo quando precisa repreendê-los, não utiliza expressões que os rotulem, procurando dar sentido e significado nas suas falas, valorizando o conhecimento e vivência trazidos pelos alunos.

Para Paulo Freire, os alunos tem o professor como espelho e ele deve ter esperança ao ensinar. Pois, deverá trazer experiências vividas no universo deles para a sala de aula fazendo com que haja interação e estímulo.

4.3 Vantagens e Desvantagens da Educação de Jovens e Adultos

A demanda por Educação de Jovens e Adultos aumentou significativamente com a redução da idade para ingresso nessa modalidade de ensino. De acordo com a LDB n. 9394/96, a idade passa de 18 e 21 anos para 15 e 18 anos. Essa alteração ocasionou grande demanda nas inscrições dos exames supletivos e nas matrículas dos cursos de EJA.

Em 2005, o governo federal instituiu o primeiro Decreto do PROEJA, n. 5.478, que em seguida este foi substituído pelo Decreto n. 5.840, que introduz novas diretrizes, incluindo a oferta de cursos do PROEJA para o público do ensino fundamental de EJA. Esse programa tem como benefício a educação profissional, integrando o ensino fundamental e médio, buscando a inserção do educando no mercado de trabalho (BRASIL, 2006).

Os alunos buscam o EJA animados pelas exigências sociais numa “luta para ter um direito” e pelas necessidades de realização individual revendo o seu caráter público e gratuito e a flexibilidade inerente ao regime modular e semipresencial, sem frequência obrigatória. A conclusão rápida indica o “*conteúdo*

resumido” e a certificação fácil e rápida. A educação de jovens e adultos é uma maneira de recuperar aquele que não volta mais: o tempo.

Porém, os alunos reconhecem que o ensino individualizado tem seus limites são as desvantagens. O educador não atua de forma tradicional, vindo a ser comuns as reclamações quanto ao cansaço e a falta de atenção de alguns docentes. Portanto, o estudo depende em grande parte do esforço e iniciativa dos alunos e do apoio dos colegas, como, aliás, é de esperar no ensino a distância e semipresencial. O mais grave, porém, é que, se há facilidade para aprovação, essa mesma facilidade resulta num estigma para o portador dos certificados. Como algumas escolas não prepara adequadamente para o processo seletivo da educação superior, nem oferecem base para concursos públicos ou permitir acesso ao PAS, é difícil acalentar sonhos, como prosseguir os estudos, sobretudo na universidade pública e gratuita.

Como já foi mencionado, o que importa para o EJA é fazer valer o previsto no artigo 208 inciso I da Constituição Federal de 1988, que garante o acesso e a permanência ao ensino fundamental a todos. Tal política vem sendo incentivada pelo poder público, que abrangeu, além do ensino fundamental, o ensino médio, adequando esta modalidade de ensino às características dos jovens e adultos brasileiros.

O Projeto EJA BRASIL conta com a certificação do CEJA- Centro Integrado de Educação para Jovens e Adultos e é credenciado e autorizado pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará (Parecer nº 0258/2010) para praticar o Ensino de primeiro nível (6º ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ao 3º ano) para jovens e adultos, na modalidade à distância, ou seja, o estudante recebe seu Histórico Escolar equivalente ao ensino que completou ou, se for o caso, às disciplinas concluídas (EJA Brasil, 2012).

Proporcionar a conclusão do Ensino Médio aos Jovens e Adultos que estão afastados da escola e desejam retomar os seus estudos;
Garantir ao aluno, através da modalidade de Educação à Distância, a flexibilidade entre tempo e espaço e a economia de tempo e dinheiro gerada pelo não deslocamento diário até a escola;
Oferecer a inclusão digital pelo uso da tecnologia na educação;
Propor a democratização do ensino por todos os cantos do Brasil;

Quebrar barreiras territoriais de um país de extensão continental com a utilização da tecnologia de transmissão via satélite de última geração; entre outros.

4.4 Permanência e desistência do aluno no ensino EJA

O processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), teve início após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Foram reiterados direitos educativos dos alunos e garantido atendimento dos que não tiveram oportunidades quando haviam idade para estudarem no ensino regular. Responsabilidades, identificação e mobilização de jovens e adultos juntamente com tentativas de garantir aos sujeitos direitos. Porém, o início de 2000, os programas que voltam-se ao EJA começaram a surgir tendo enfoque nos grupos ou regiões locais.

O ensino EJA é uma aprendizagem permanente no decorrer de sua existência que não é só direito do Estado mas também uma obrigação. É visto como uma dificuldade a ser quebrada, sendo estruturada no celelma social.

A instituição educacional contém elementos que identificam o cotidiano escolar o qual jovens e adultos sem oportunidades de estudo não vivenciaram. A escola é o lugar em que várias pessoas aprendem a respeitar os semelhantes ou diferentes sem distinção e dão rumo às suas vidas.

O ensino público deve ofertar um ensino de qualidade para que o educando torne-se um cidadão de respeito. O ensino só é importante quando o aluno leva-o para seu desenvolvimento.

São amplas as oportunidades de oficinas com turmas do EJA quando os educadores contextualizam suas matérias. É necessário que os alunos vinculem seus problemas do dia-a-dia às suas experiências de vida.

Os jovens, adultos e idosos precisam de necessidades específicas de aprendizagem, que devem ser envolvidas nas situações educativas, pois muitas ações pedagógicas acabam “por inviabilizar tanto a permanência do sujeito quanto a

realização de aprendizagens significativas, conectadas às necessidades, aos interesses e contextos em que se desenvolvem” (VÓVIO, 2009, p. 74).

Apesar dos sujeitos da EJA terem histórias de vida bastante diferenciadas, todas elas são marcadas pela dinâmica da exclusão. Tratando da etapa da alfabetização, propostas e práticas pedagógicas devem atentar para uma perspectiva de resgatar essa dívida com aqueles que foram excluídos pelo sistema escolar, proporcionando um momento de acolhida, de integração e re-integração na escola.

É necessário compreender e valorizar a importância - que por enquanto ainda é dada pelos alunos - da escolarização como consequência do sucesso no mundo do trabalho, para que assim o retorno à escola venha realmente fazer sentido a esses alunos e que faça com que sintam o desejo de prosseguir cada vez mais, evitando a evasão:

A disparidade entre a visão que o aluno tem do que seja a escola e uma educação que efetivamente sirva esse aluno pode gerar conflito. Não são incomuns casos até de desistência do curso. Não encontrando uma escola que corresponda às suas expectativas, o aluno se frustra e como não é uma criança que os pais levam obrigatoriamente à escola, acaba abandonando o curso. (CARLOS e BARRETO, 2005).

A EJA possui um legado da educação popular que se constitui pelo paradigma emancipatório e por experiências inovadoras, especialmente no campo da alfabetização. Vóvio (2009) afirma que quando essa modalidade se torna escolarizada, encontra/provoca repercussões delicadas nas redes estaduais e municipais de ensino, assim como em programas de alfabetização de tipo escolar.

No entanto, é principalmente a vontade de aprender a ler e a escrever palavras e textos que circulam em nossa sociedade que leva pessoas jovens, adultas e idosas analfabetas a irem/retornarem à escola, às salas de aula de alfabetização. As experiências vivenciadas por esses sujeitos possibilitam a construção de conhecimentos sobre a escrita, mas não garantem que compreendam o seu funcionamento. A Escola deve unir-se com a comunidade e executarem o Plano Político Pedagógico juntos.

O ensino de Jovens e Adultos traz desafios para professores e para alunos. Esses desafios constroem práticas eficazes de alfabetização. Kelly Camargo Pulice *in* Moll (2004, p.140) cita:

O papel do educador é pensar formas de intervir e transformar a realidade, problematizando-a, dialogando com o educando. Em sala de aula o importante não é “depositar” conteúdos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno: conhecê-lo como indivíduo num contexto social, com seus problemas, seus medos, suas necessidades, valorizando seu saber, sua cultura, sua oralidade, seus desejos, seus sonhos, isto possibilita uma aprendizagem integradora, abrangente, não compartimentalizada, não fragmentada.

Com isso, é provável que a EJA ocupe um lugar mais relevante na agenda de políticas educacionais nos próximos anos. Mas observando os indicadores educacionais, percebemos que mesmo com todas essas iniciativas no campo da EJA, os problemas não foram revertidos, de modo que as metas propostas pelo PNE não se tornaram concretas.

A sociedade sofre várias conseqüências com a desistência escolar, desde a má aplicação de seus recursos, dificuldades de inserção no mercado de trabalho, a baixa qualidade de mão de obra, o desestruturamento no núcleo familiar, entre outros.

Entendendo a escola como espaço de reprodução cultural, devemos também considerar que o aluno EJA já adquiriu conhecimentos e experiências fora da escola e seu retorno deve permitir que novos elementos sejam acrescentados a sua experiência transformando as condições do passado. O grande problema é que estes alunos são em sua maioria sujeitos que vivem a margem da sociedade, e sua bagagem cultural é muito pequena, tornando-se mais difícil esse incremento da reprodução cultural.

5 CONCLUSÃO

Em nosso País há uma idéia de que os que não têm condições de aprender são os menos favorecidos, tendo que concordar que estão às margens da pirâmide social do Brasil, pois, são a mão de obra pesada e barata deste. Para

mudar essa concepção, o instituto educacional tem que buscar uma política educacional que vise atender a diferença, por meio de acordos e planos de ações nas quais são valorizadas as potencialidade de cada educando. Deve ser identificada as qualidades de cada um e enquadrá-los de forma sensata conseguindo que eles colaborem com as experiências e crescimento do grupo.

É muito gratificante aprender a ler e escrever, para o analfabeto, pois é um ato importante e de extrema necessidade. Porque se abre para ela um mundo novo. Ela vivia como se não enxergasse e, de repente, abrisse os olhos vendo o mundo real. A alfabetização de tais pessoas é o proporcionamento de uma mudança, uma vida nova, a chance de recomeçar e ter oportunidades.

Notamos, também, que o professor não sabendo como lidar com esse público, que já não é mais criança, que já traz uma bagagem de histórias vivenciadas, pode transmitir, na sua maneira de lecionar, uma impressão equivocada aos seus alunos.

E nesse sentido, é importante trazer à baila o pensamento da autora Kaefer e Silva (2008) quando afirma que é preciso que os professores assumam seu papel e tenham acima de tudo humildade, decência e seriedade, sem demonstrar apatia. E é nessa humildade que possamos ter coragem tanto para renunciar quanto para avançar um pouco mais, porém entendendo que, se decidirmos permanecer, é preciso sempre rever as nossas práticas, pois estamos lidando com sujeitos sensitivos também.

Concluiu-se que a Educação de Jovens e Adultos é um programa viável no qual suas ações e medidas trazem melhoria tanto para o País quanto para os beneficiados. Os alunos saem com vontade de não parar com os estudos e proporcionar sua realização pessoal.

ABSTRACT

This article aims to analyze the aspects of education, education of young people and adults and their historicity, pedagogical practices of teacher Education of Young People and Adults with students of this teaching and the development of the same. Will be checked if the Education of Young People and Adults is feasible and what are the characteristics of the student/educator. The educator that if literacy adults and young people it is the way that they interact within the classroom as if they were outside. They seek to engage the learner in a new world in which he has knowledge and is not subject to the fear and humiliation. With this, students see the teacher as an example. The EJA education is possible, necessary and brings great benefits. Also brings disadvantages being a learning process fast. Its development has been growing quite to the point where all they can and should contribute. The quality of teaching has developed too and now produces great results. The professional qualification of the teacher is more conducive to learning. It is not only duty of schools and governments develop actions and functional measurements. The student in the school of Education of Young People and Adults is the protagonist in this work, making the most of the opportunities that reach and importing with its growth.

KEYWORDS: Education. Teacher. Student. EJA.

REFERÊNCIAS

BARRETO, José Carlos e BARRETO, Vera. *Um sonho que não serve ao sonhador*. In: *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Brasília, DF: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005a. Disponível em: www.mec.gov.br;www.forumeja.org.br/colecaoparatodos. Acesso em: 10/08/2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em janeiro de 2011.

_____. *Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/Decreto/D5840.htm#art11. Acesso em: Janeiro de 2011.

_____. *Documento Base*. Publicações Proeja. Educação Profissional Técnica de Nível Médio - *Documento Base 2007*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em dezembro de 2010.

_____, EJA. *Educação de Jovens e Adultos*. EJA Brasil. São Paulo, 2012. Disponível em: http://ejabrasil.com.br/?page_id=98. Acesso em: 25 de março de 2014, às 18:27 hs.

_____. *Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional*. Nº 9.394 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: janeiro de 2011.

_____. *Lei 10.172 - PNE 2001 - 2010*. Brasília: 2001

_____. *Ministério da Educação*. Site oficial do MEC. Notícias: Proeja vai ampliar educação de trabalhadores. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5372&catid=204&Itemid=86. Acesso em: jan. 2010.

_____. *Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020)*, PL nº 8.035/2010. Câmara dos Deputados. Brasília: 2012.

CASTRO, Maria Helena G. de. *Palestra inaugural*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL. Rio de Janeiro: Anais, 1997. Brasília, MEC.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*/Paulo Ghiraldelli JR. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KAEFER e SILVA, Maria Teresinha. *Um olhar sobre a postura do educador da Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva freiriana* – 2008. Revista da Educação de Jovens e Adultos. Disponível em www.reveja.com.br. Acesso em outubro de 2010.

LIBÂNEO, José Carlos (Org). *Educação Escolar*: políticas, estrutura e organização. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Ministério da Educação, 1993 - *Plano Decenal de Educação Para Todos*. Brasília, Ministério da Educação, junho.

MOLL, Jaqueline. *Educação de Jovens e Adultos* / Jaqueline Moll, (org.) Sita Maria Lopes Sant'Anna ...[et. al.]- Porto Alegre: mediação, 2004. 144 p. – (Série Projetos e Práticas Pedagógicas).

VÓVIO, Cláudia Lemos. *Alfabetização de pessoas jovens e adultas*: outras miradas, novos focos. In: SAMPAIO, Marisa Narcizo; ALMEIDA, Rosilene Souza (Orgs.). *Práticas de Educação de Jovens e Adultos: complexidades, desafios e propostas*. Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica Editora, 2009. p. 65-89.

UNESCO. *International expert meeting on general secondary education in the twenty-first century: trends, challenges and priorities: final report*. Beijing: People's Republic of China, 21-25 May 2001.